



ARTIGO ORIGINAL

Conformidade na Evidenciação do Ativo Imobilizado: um estudo sob a ótica da Teoria Institucional¹
Compliance in the Disclosure of Fixed Assets: a study from the perspective of Institutional Theory
Conformidad en la Evidencia del Activo Inmovilizado: un estudio considerando la la Teoría Institucional

Danieli Moraes da Costa², Kélim Bernardes Sprenger³, Clóvis Antônio Kronbauer⁴

PALAVRAS-CHAVE

Evidenciação.
Ativo Imobilizado.
Teoria Institucional.

Resumo: A aplicação das normas brasileiras de contabilidade convergidas às internacionais abrangeu alterações que culminaram na adoção de um novo padrão institucional e, entre as alterações advindas desse processo, destaca-se a maior evidenciação do ativo imobilizado. Assim, este estudo tem como objetivo identificar o índice de conformidade do segmento industrial quanto à evidenciação proposta pela NBC TG 27 (R4), nas empresas com sede no Rio Grande do Sul, sob a ótica da teoria institucional. Para atingir este objetivo, a amostra foi composta por 37 indústrias de capital fechado que publicaram suas demonstrações contábeis no Diário Oficial do estado referente aos exercícios de 2010 a 2016. Por meio destes dados foi construído o índice de conformidade (IC) e, posteriormente, este foi analisado descritivamente sob a ótica da Teoria Institucional. Também foi realizada a Análise de Variância (ANOVA) para identificar se há diferenças entre determinadas características das empresas e o índice de conformidade perante à norma. Os resultados evidenciaram que houve evolução de 11% no índice de conformidade no período para a amostra analisada. Sob a ótica da Teoria Institucional, verificou-se que o procedimento de institucionalização das indústrias ocorreu de forma gradual em todos os quesitos da norma contábil referente ao ativo imobilizado. Também foi identificado que determinadas características da empresa como o tamanho e o índice de liquidez corrente podem afetar o índice de conformidade com a norma.

KEYWORDS

Disclosure.
Fixed assets.
Institutional Theory.

Abstract: Application of the Brazilian accounting standards converged to international ones covered changes that culminated in the adoption of a new institutional standard and among the alterations arising from this process, the greater disclosed of fixed assets is highlighted. Thus, this study aims to identify the compliance level of the industrial segment regarding the disclosure proposed by the NBC TG27 (R4) in companies based in Rio Grande do Sul, from the perspective of institutional theory. To achieve this goal, the sample was composed of 37 private industries that published their financial statements in the Diário Oficial of the state for the years 2010 to 2016. Through these data the compliance index (IC) was constructed and later this was analyzed descriptively under the Institutional Theory. The Analysis of Variance (ANOVA) was also performed to identify if there are differences between certain characteristics of the companies and the level of

¹ Submetido em 14/12/2018. Aceite em 17/09/2019. Publicado em 12/11/2019. Responsável Universidade Federal de Campina Grande/UACC/PROFIAP/CCJS/UFCG
² Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS). E-mail: danieli.moraes@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5142-9120>

³ Doutoranda em Ciências Contábeis pela UNISINOS). Professora das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: kelim.bs@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2813-1550>

⁴ Doutor em Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Professor da UNISINOS. E-mail: clovisk@unisinis.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1454-9243>

compliance before the standard. The results showed that there was an evolution of 11% in the compliance level in the period for the analyzed sample. From the perspective of the Institutional Theory, it was verified that the procedure of institutionalization of the industries occurred in a gradual way in all the requirements of the accounting norm referring to fixed assets. It has also been identified that certain company characteristics such as current size and liquidity index may affect the level of compliance with the standard.

PALABRAS CLAVE

Evidencia.

Activo Inmovilizado.

Teoría Institucional.

Resumen: La aplicación de las normas brasileñas de contabilidad convergentes a las internacionales abarcó cambios que culminaron en la adopción de un nuevo estándar institucional y, entre las alteraciones surgidas de ese proceso, se destaca la mayor evidencia del activo inmovilizado. Así, este estudio tiene como objetivo identificar el nivel de conformidad del segmento industrial en cuanto a la evidencia propuesta por la NBC TG 27 (R4), en las empresas con sede en Rio Grande do Sul, considerando la teoría institucional. Para alcanzar este objetivo, la muestra fue compuesta por 37 industrias privadas que publicaron sus estados contables en el Diario Oficial del estado referente a los ejercicios de 2010 a 2016. A través de estos datos se construyó el nivel de conformidad (IC) y, posteriormente, éste fue analizado en el marco de la teoría de la Teoría Institucional. También se realizó el Análisis de Varianza (ANOVA) para identificar si existen diferencias entre determinadas características de las empresas y el nivel de conformidad ante la norma. Los resultados evidenciaron que hubo evolución del 11% en el nivel de conformidad en el período para la muestra analizada. Bajo la óptica de la Teoría Institucional, se verificó que el procedimiento de institucionalización de las industrias ocurrió de forma gradual en todos los requisitos de la norma contable referente al activo inmovilizado. También se ha identificado que determinadas características de la empresa como el tamaño y el índice de liquidez corriente pueden afectar el nivel de conformidad con la norma.

Introdução

O ambiente no qual as organizações estão inseridas indica como estas devem atuar e qual o conjunto de regras devem observar. Portanto, se entende que o ambiente institucional, incluindo aspectos legais e condições econômicas, pode ser relevante para a estratégia das empresas e também influenciar a conformidade, pois as entidades sofrem pressões do ambiente e são avaliadas pela eficiência e pela adequação às exigências.

Frezatti, Rocha, Nascimento e Junqueira (2009) afirmam que por meio da evidenciação, as entidades encontram uma forma para se institucionalizar, tendo em vista que esta torna a empresa mais transparente e integra os princípios da governança corporativa. E, considerando a perspectiva institucional, a contabilidade deve mensurar, reconhecer e evidenciar os fenômenos econômicos das organizações, incorporando normas contábeis em busca de um novo comportamento, podendo este influenciar nas relações econômicas. (North, 1995).

Bauer e Naime (2012, p. 46) afirmam que a teoria institucional enfatiza o valor da sobrevivência em conformidade com o ambiente e que esta conformidade ocasiona maior estabilidade, legitimidade e acesso aos recursos. Desta forma, os autores complementam que a teoria institucional não é normalmente considerada como uma teoria da mudança organizacional, mas como uma explicação da similaridade e estabilidade de arranjos organizacionais em uma determinada população.

Entre as formas de as entidades se institucionalizarem, Frezatti et al. (2009) indicam que esta pode ocorrer por meio da evidenciação. Considerando-se este aspecto, as alterações provocadas no cenário brasileiro com a convergência aos padrões internacionais de contabilidade pode compreender um meio de busca pela legitimação.

Ludícibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010) indicam que as alterações mais relevantes que decorrem do processo de internacionalização dos padrões contábeis são as seguintes: primazia da essência sobre a forma, normas contábeis orientadas por princípios e necessidade do exercício do julgamento por parte dos profissionais de contabilidade. Desta forma, entende-se que tais mudanças objetivaram, entre outros, a apresentação de demonstrações contábeis comparáveis e fidedignas com a realidade de cada negócio.

Macedo, Machado e Machado (2013) e Dechow e Schrand (2004) complementam que as mudanças advindas do processo de convergência podem acarretar a melhoria no disclosure, tanto em quantidade, quanto em qualidade, consequentemente melhorando a relevância da informação contábil. Adicionalmente, verifica-se que o disclosure complementa a função desenvolvida pelos números contábeis na produção de uma melhor visão sobre a posição econômica da empresa. (Lopes & Alencar, 2010; Maia, Formigoni, & Silva, 2012).

Considerando-se que entre as alterações advindas desse processo há maior evidenciação dos elementos patrimoniais, volta-se para o ativo imobilizado, que apresenta grande relevância para as organizações, em especial as industriais. Eckert, Mecca, Biasio, e Souza (2012) afirmam que nas indústrias o ativo imobilizado costuma ser representativo devido à necessidade de um amplo parque industrial para manutenção de suas atividades operacionais.

Os autores complementam ainda que as alterações

nas normas contábeis brasileiras referentes ao ativo imobilizado, “impactam de forma relevante em suas demonstrações contábeis e consequentemente nos indicadores utilizados para análise de balanços.” (Eckert et al., 2012, p. 72). Para este grupo patrimonial, há cinco critérios básicos de evidenciação, além de informações relacionadas à seleção do método de depreciação e a estimativa de vida útil, bem como aspectos relacionados à mudança de estimativa contábil, possíveis reavaliações ou perdas e outras informações que possam ser relevantes para os usuários das informações contábeis, os quais estão dispostos nos itens 73 a 79 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral Revisão 4 (NBC TG R4).

Porém, a adaptação a um novo padrão institucional pode compreender um processo às vezes moroso de adequação dentro das organizações. Desta forma, Tolbert e Zucker (1999) indicam que o processo de institucionalização envolve quatro fases: inovação, habitualização, objetificação e sedimentação. Nesse contexto, a institucionalização refere-se a um processo adaptativo pelo qual as expectativas sociais da forma mais apropriada de se organizar e de se comportar levam em conta determinadas regras vigentes. (Guerreiro, Frezatti, Lopes, & Pereira, 2005).

Assim, é preciso considerar que diante das transformações que o ambiente sofre ao longo do tempo, como a aplicação das normas brasileiras de contabilidade convergidas às internacionais, as entidades podem apresentar inicialmente certa resistência. Como afirma Peng (2003), existem duas fases no processo de institucionalização de uma regra, sendo que a primeira compreende certa resistência no uso da nova proposição e que na segunda fase, se observa um reposicionamento da empresa e a tendência de convergência integral à nova norma.

De acordo com estudos precedentes, é possível observar uma evolução contínua e gradual com relação à evidenciação do ativo imobilizado e de outros elementos patrimoniais, indicando que as empresas estão aderindo às normas e consequentemente apresentando informações mais homogêneas. (Kaveski, CARPES, & Klann, 2015; Liszbinski, Kronbauer, Macagnan, & Patias, 2014; Pereira, Breitenbach, & Mesquita, 2015; Viviani, Beck, Hall, & Klann, 2014).

Complementando o exposto, Carvalho, Vieira e Silva (2005) entendem que a perspectiva institucional tem sido apontada como um dos apanhados teóricos mais promissores para explicar o funcionamento e o desenvolvimento da sociedade organizacional. E, visando complementar a literatura prévia e averiguar o comportamento de determinadas empresas no processo de institucionalização da norma referente ao ativo imobilizado, este estudo visa responder a seguinte questão: Qual o índice de conformidade do segmento industrial quanto à evidenciação proposta pela NBC TG 27 (R4), nas empresas com sede no Rio Grande do Sul, sob a ótica da teoria institucional?

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo identificar o índice de conformidade do segmento industrial quanto à evidenciação proposta pela NBC TG 27 (R4), nas empresas com sede no Rio Grande do Sul, sob a ótica da teoria institucional. E, especificamente, esta pesquisa buscou verificar a existência de diferenças entre determinadas características das empresas e o índice de conformidade perante à norma.

Este estudo se justifica devido à necessidade de

identificar o índice de compliance das organizações quanto à evidenciação ou disclosure que “garante informações diferenciadas para vários tipos de usuários” (Iudicibus, 2004, p. 123) e identificar seu comportamento no decorrer do período sob a ótica da Teoria Institucional. Esta teoria apresenta um framework para analisar as forças de convergência e divergência sobre as práticas organizacionais, ao possibilitar a compreensão das diferentes formas que os limites entre as empresas e a sociedade são construídos. (Jamali & Neville, 2011).

Além disso, um estudo de tal natureza é relevante pela necessidade de verificar o comportamento das empresas frente a mudanças como as trazidas pelo processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, que exigiram maior evidenciação. Assim, se procura contribuir com a discussão deste tema na academia e apontar a evolução das empresas neste quesito a órgãos reguladores, pois também é de seu interesse verificar o processo de conformidade e institucionalização das empresas com as normas.

Esta pesquisa está estruturada em cinco seções, sendo esta primeira a introdução. A segunda consiste na revisão da literatura teórica e empírica, bem como da formulação das hipóteses. A terceira seção aborda os procedimentos metodológicos. A quarta seção apresenta a análise e interpretação dos resultados. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as sugestões para futuros estudos.

Elementos teóricos da pesquisa

Para fundamentar a pesquisa, a Teoria Institucional é abordada no ambiente empresarial, bem como são tratados os aspectos envolvendo a evidenciação do ativo imobilizado e por fim, estudos precedentes envolvendo a temática são apresentados, bem como a formulação das hipóteses de pesquisa.

Relação entre as Entidades e o Ambiente Institucional

As instituições são limitações idealizadas pelo homem e que tem por função ordenar a interação humana, seja no campo político, social ou econômico, sendo esta a explicação para a evolução das sociedades. (Liszbinski et al., 2014, p. 88). Tais entidades sofrem transformações ao longo do tempo, seja por desejo da própria organização ou por interesse de agentes externos, como o governo e outros órgãos regulamentadores.

Neste contexto, a Teoria Institucional procura explicar a estrutura e o funcionamento das organizações como uma realidade socialmente construída. Sob esse prisma, elas são vistas como um ente que atua em função de regras, procedimentos, crenças e valores predominantes em determinado contexto. (Dias Filho, 2003, p. 95). Assim, o chamado institucionalismo se refere às instituições, hábitos, regras e sua evolução. (Hodgson, 2000).

O ambiente no qual as organizações estão inseridas indica como estas devem atuar e qual o conjunto de regras devem observar. Portanto, entende-se que o ambiente

institucional, incluindo aspectos legais e condições econômicas, pode ser relevante para a estratégia das empresas e influenciar a conformidade, pois as entidades sofrem pressões do ambiente e são avaliadas pela eficiência e pela adequação às exigências. Assim, as organizações interagem com seu ambiente à procura de legitimação.

Corroborando com o exposto, Walker, Madsen e Carini (2002) apresentam que de acordo com a Teoria Institucional, a conformidade com o ambiente e a exigência de que as organizações devam internalizar regras e normas externas é útil às organizações, a fim de alcançar a probabilidade de sobrevivência.

Bauer e Naime (2012, p. 46) afirmam que a teoria institucional enfatiza o valor da sobrevivência em conformidade com o ambiente institucional e esta conformidade leva para uma maior estabilidade, legitimidade e acesso aos recursos. Desta forma, os autores complementam que a teoria institucional não é normalmente considerada como uma teoria da mudança organizacional, mas como uma explicação da similaridade e estabilidade de arranjos organizacionais em uma determinada população.

Desta forma, a institucionalização, de acordo com Caldas, Fachin e Fischer (2007, p. 205) se apresenta como um conjunto de influências exercidas sobre as características das organizações e sobre a mudança organizacional, compreendendo um processo baseado em fatores causais e seus reflexos na instituição.

A Teoria Institucional compreende três vertentes: a Velha Economia Institucional, a Nova Economia Institucional e a Nova Sociologia Institucional. (Burns & Scapens, 2000; Guerreiro et al., 2005; Parisi & Megliorini, 2011). Considerando a teoria institucional segundo a primeira abordagem, a instituição é o principal objeto de análise e não mais o comportamento racional e maximizador dos indivíduos tomadores de decisões, conforme aceito pela teoria neoclássica, conforme destacam Guerreiro, Frezatti e Casado (2006, p. 10). Parisi e Megliorini (2011) complementam que esta visão tem por objeto as “micro instituições”, realizando estudos sobre as relações entre os indivíduos no interior das organizações e analisando os comportamentos que produzem uma nova realidade social, que após um processo de mudança, possa ser considerada institucionalizada.

Sob a ótica da Nova Economia Institucional, a teoria foca nos custos de transação e executa uma análise institucional de como os agentes se comportam, institucionalmente, em relação ao ambiente no qual estão inseridos - permeado de imperfeições do mercado. (Parisi & Megliorini, 2011). E, na Nova Sociologia Institucional há uma suposição de que estruturas e procedimentos intraorganizacionais, como a contabilidade, são influenciadas por fatores externos, em vez de meramente objetivos relacionados à minimização de custos. (Moll, Burns, & Major, 2006). Ainda, nesta perspectiva, as características organizacionais são modificadas para aumentar a compatibilidade com o ambiente (Frezatti et

al., 2009), fazendo referência ao isomorfismo.

O isomorfismo é compreendido como um processo de homogeneização e Vasconcellos (2007, p. 32) apresenta que o ponto central dessa abordagem da Teoria Institucional é a “existência de mecanismos socioeconômicos que levam as organizações a adotarem formas e práticas organizacionais semelhantes”. Ressalta-se que há três aspectos da mudança isomórfica institucional: o isomorfismo coercitivo, o isomorfismo mimético e o isomorfismo normativo.

DiMaggio e Powel (1983) apontam que o isomorfismo coercitivo é o resultado de coercivas pressões formais e informais exercidas sobre as entidades por outras organizações em que elas são dependentes e também pela expectativas culturais da sociedade. Já o isomorfismo mimético se constitui em imitar as decisões de outras organizações tidas como referências no ambiente em que atuam. (Oyadomari, Mendonça Neto, Cardoso, & Lima, 2008). E o isomorfismo normativo resulta da profissionalização, com o uso da educação formal e da legitimação em uma base cognitiva produzida por especialistas universitários e pelo crescimento e elaboração de redes profissionais que se estendem por organizações. (DiMaggio & Powell, 1983).

Diante disto, verifica-se que a relação entre as organizações e o ambiente no qual estas estão inseridas observa a adequação aos requisitos ambientais que possibilitem a legitimação das mesmas, sendo aplicados diferentes mecanismos para se atingir esta finalidade.

Seguindo o raciocínio de Frezatti et al. (2009), uma das formas de as entidades se institucionalizarem pode ocorrer por meio da evidenciação, que torna a empresa mais transparente e integra os princípios da governança corporativa, pois considerando a perspectiva institucional, a contabilidade deve mensurar, reconhecer e evidenciar os fenômenos econômicos das organizações, incorporando normas contábeis em busca de um novo comportamento que podem influenciar nas relações econômicas. (North, 1995).

Ativo Imobilizado: Evidenciação

Ludícibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010) indicam que as alterações mais relevantes que decorrem do processo de internacionalização dos padrões contábeis são a primazia da essência sobre a forma, as normas contábeis orientadas por princípios e a necessidade do exercício do julgamento por parte dos profissionais de contabilidade. Desta forma, entende-se que tais mudanças objetivaram, entre outros, a apresentação de demonstrações contábeis comparáveis e fidedignas com a realidade de cada negócio.

Macedo, Machado e Machado (2013) e Dechow e Schrand (2004) complementam que as mudanças advindas do processo de convergência podem acarretar a melhoria no disclosure, tanto em quantidade, quanto em qualidade, consequentemente melhorando a relevância da informação contábil. Adicionalmente, verifica-se que o disclosure complementa a função desenvolvida pelos números contábeis na produção de uma melhor visão sobre a posição

econômica da empresa. (Lopes & Alencar, 2010; Maia, Formigoni, & Silva, 2012).

Entre as alterações advindas da aplicação das normas brasileiras de contabilidade convergidas às internacionais, destaca-se a maior evidenciação (disclosure) dos elementos patrimoniais, como ativo imobilizado. Considerando-se que evidenciação é um instrumento informativo que ampara diversos tipos de usuários internos e externos com o objetivo de entender a situação econômica e financeira da empresa em um determinado tempo e, que de acordo com Ludícibus (2004) a evidenciação contábil tem por finalidade garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários, volta-se para o ativo imobilizado, que apresenta grande relevância para as organizações, em especial as industriais.

Eckert, Mecca, Biasio, e Souza (2012) afirmam que nas indústrias o ativo imobilizado costuma ser representativo devido à necessidade de um amplo parque industrial para manutenção de suas atividades operacionais. Os autores complementam ainda que as alterações nas normas contábeis brasileiras referentes ao ativo imobilizado, “impactam de forma relevante em suas demonstrações contábeis e consequentemente nos indicadores utilizados para análise de balanços.” (Eckert et al., 2012, p. 72).

Segundo a NBC TG 27 (R4), o ativo imobilizado é definido como um item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e se espera utilizar por mais de um período. (CFC, 2017). Eckert et al. (2012) afirmam que nas indústrias o ativo imobilizado costuma ser representativo devido à necessidade de um amplo parque industrial para manutenção de suas atividades operacionais. Os autores complementam ainda que as alterações nas normas contábeis brasileiras referentes ao ativo imobilizado impactam de forma relevante em suas demonstrações contábeis.

O International Accounting Standards Boards (IASB), por meio das Normas Internacionais de Contabilidade, determina a divulgação de toda informação considerada relevante e que as demonstrações contábeis sejam claras e compreensíveis. As atuais normas contábeis consideram a essência sobre a forma, refletindo maior transparência e apresentando a realidade negocial de cada empresa.

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual que trata das características da informação contábil, as demonstrações contábeis devem atender a atributos que são indispensáveis para uma evidenciação adequada: confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade. E, para atender de forma adequado a divulgação do imobilizado nas demonstrações financeiras as empresas devem divulgar para cada classe do ativo imobilizado de acordo com o requerido na NBC TG 27 (R4):

- a) critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
- b) métodos de depreciação utilizados;
- c) vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;
- d) valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as

perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período; e e) conciliação do valor contábil no início e no final do período. (CFC, 2015).

Desta forma, a evidenciação adequada do ativo imobilizado, além de institucionalizar a empresa, permitindo que esta alcance a legitimidade, é um fator que permite aos usuários da informação contábil maior entendimento sobre as práticas adotadas pela empresa, o que pode influenciar sua tomada de decisão.

Estudos Precedentes e Formulação das Hipóteses

Estudos envolvendo o ativo imobilizado após a adoção das normas contábeis brasileiras convergidas aos padrões internacionais tem evidenciado a aderência das empresas às novas práticas. Viviani et al. (2014) verificaram o processo de evidenciação das empresas de Bens Industriais listadas na BM&FBovespa, após a convergência da contabilidade brasileira às internacionais, de acordo com o Pronunciamento 27 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no ano de 2011. Seus resultados revelaram que a evidenciação dos itens do ativo imobilizado não é realizada de forma homogênea pelas empresas, sendo que alguns requisitos exigidos pelo CPC 27 foram informados de forma incompleta ou estão ausentes.

Pereira et al. (2015) analisaram o índice de evidenciação contábil nas Notas Explicativas à NBC TG 27 (R1) dos segmentos de bens industriais, siderúrgicos, de utilidade pública e de energia elétrica do Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2013. Os autores constataram que os resultados por segmento apontaram melhores níveis de evidenciação para o segmento de bens industriais, o que foi confirmado por meio do Teste t de Student. Ainda, foram contrastados os níveis de evidenciação com os indicadores de tamanho absoluto e proporcional, indicadores de rentabilidade e indicador de otimização do ativo imobilizado por meio da aplicação do coeficiente de correlação linear simples de Pearson. Os resultados mais expressivos apontam para relações moderadamente positivas entre o tamanho do Ativo Imobilizado Líquido (AIL) das empresas com os níveis de evidenciação.

Kaveski et al. (2015) buscaram identificar os fatores que explicam o índice de divulgação relativo ao CPC 27, por empresas listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBovespa, considerando como seus prováveis determinantes as variáveis tamanho, imobilizado total, endividamento e rentabilidade do imobilizado, sendo este aplicado em 2011. Os autores verificaram uma relação positiva e significativa entre o ativo imobilizado das empresas e o índice de evidenciação, verificado pelos itens correspondentes aos requisitos mencionados no CPC 27. No que tange às variáveis determinantes do processo de evidenciação, verificou-se que o imobilizado está positivamente associado à divulgação de informações sobre ativo imobilizado. Já a rentabilidade

está negativamente associada à divulgação. Não se verificou associação significativa entre Endividamento e Tamanho com a divulgação de informações sobre imobilizado.

No âmbito da Teoria Institucional, são observados poucos estudos no Brasil que a relacionam com o disclosure. Entre as pesquisas que tem este foco, são observados estudos envolvendo o disclosure social e ambiental (Nascimento, Santos, Salotti, & Dal-Ri Múrcia, 2009; Oliveira, Araújo Júnior, Oliveira, & Ponte, 2013; Santos & Porto, 2013) e são encontrados estudos abordando a Teoria Institucional e a conformidade com as normas, as escolhas contábeis e a contabilidade gerencial (Liszbinski et al., 2014; Souza, Silva, & Rech, 2015; Zuccolotto, Silva, & Emmendoerfer, 2010).

Liszbinski et al. (2014) analisaram a conformidade de um grupo de empresas brasileiras às normativas exigidas para o reconhecimento contábil de ativos intangíveis, à luz da teoria institucional. As evidências observadas revelam uma convergência gradual da amostra estudada à nova matriz institucional relativa aos intangíveis, além de comprovar a possibilidade de utilização dos pressupostos da teoria institucional para explicar a mudança nos procedimentos contábeis aplicados ao reconhecimento desses elementos.

Souza et al. (2015) buscaram verificar se as escolhas contábeis contidas no CPC 27 permitem a comparabilidade das demonstrações contábeis das companhias abertas do Brasil, sendo que a comparabilidade foi medida pelo índice Herfindhal (índice H). Como resultado constatou-se que apesar da existência de escolhas contábeis, o CPC 27 (2009) permite a comparabilidade dos ativos imobilizados das companhias abertas brasileiras. O índice H foi alto para os três períodos, o que resultou em uma elevada comparabilidade entre as práticas contábeis em ativos imobilizados nas entidades e períodos analisados. Os autores apontaram que a Teoria Institucional pode ser utilizada para explicar as escolhas contábeis em ambientes que possuem múltiplas pressões institucionais.

Já Zuccolotto et al. (2010) buscaram refletir sobre a aplicação de conceitos das ciências humanas e sociais como abordagens e métodos de análise nos estudos contábeis, em especial, da contabilidade gerencial. Zuccolotto et al. (2010) destacaram que pesquisas nacionais e internacionais que visam contribuir para a Teoria Contábil, especialmente no que concerne à dinâmica organizacional de mudança e à utilização das práticas da contabilidade gerencial objetivam verificar se as ferramentas contábeis estão institucionalizadas. Os autores ressaltam que as práticas utilizam-se, para tal meta, de um arcabouço teórico inapropriado, a abordagem do Velho Institucionalismo Econômico (VIE), que não proporciona o entendimento sobre a institucionalização de práticas da contabilidade gerencial pelas organizações. Assim, Zuccolotto et al. (2010) evidenciaram sobre a necessidade de uma agenda de pesquisa que busque relacionar, à luz de abordagens sociológicas, a institucionalização de práticas contábeis.

Diante disto, na visão de Carvalho et al. (2005), a

perspectiva institucional tem sido apontada como um dos apanhados teóricos mais promissores para explicar o funcionamento e o desenvolvimento da sociedade organizacional e este pode estar associado a determinadas características das empresas.

E, seguindo o raciocínio de Murcia e Santos (2009), um dos fatores determinantes do índice de disclosure pode ser os indicadores de rentabilidade. Assim, entende-se de forma análoga, que empresas com um maior índice de conformidade (IC) com relação à norma podem ter indicadores financeiros e de rentabilidade diferentes das empresas com menor IC, o que culmina na primeira hipótese de pesquisa:

H1: Os indicadores financeiros e de rentabilidade das empresas com IC acima da média são diferentes dos indicadores financeiros e de rentabilidade daquelas que possuem IC abaixo da média;

Por meio de H1, busca-se comparar os indicadores financeiros e de rentabilidade entre dois grupos de empresas (aquelas com IC acima da média e aquelas com IC abaixo da média). Para tanto, são utilizados o Índice de Liquidez Corrente (ILC), o Índice de Imobilização do Capital Próprio (ICP), o Índice Imobilização dos Recursos de Longo Prazo (ILP) e o Índice de Endividamento Geral (IE). Tais indicadores são considerados porque estes podem influenciar o índice de disclosure das empresas. (Fernandes, 2013; Mapurunga, Ponte, Coelho, & Meneses, 2011; Meneses, Ponte, & Mapurunga, 2013; Murcia & Santos, 2009).

Também acredita-se que o tamanho das empresas possa impactar no IC perante à NBC TG 27 (R4), conforme prevê a segunda hipótese de pesquisa:

H2: O tamanho das empresas com IC acima da média é diferente do tamanho daquelas que possuem IC abaixo da média;

Tal hipótese é proposta de acordo com Diamond e Verrechia (1991) que afirmaram que o disclosure tende a ser maior nas grandes empresas porque elas se beneficiam, seja pela redução dos riscos ou por atração de investidores. Também Chow e Wong-Boren (1987) encontraram que o disclosure tem relação significativa e positiva com o tamanho da empresa.

Elementos metodológicos da pesquisa

A população da pesquisa foi composta por 136 indústrias rio-grandenses que publicaram suas demonstrações contábeis no Diário Oficial do Rio Grande do Sul referente ao exercício de 2010 entre os dias 01 de janeiro e 30 de abril de 2011. Dado que o período de análise compreende os anos de 2010 a 2016, a amostra foi composta daquelas indústrias que apresentaram ininterruptamente suas publicações nestes sete exercícios sociais, perfazendo

um montante de 37 empresas, culminando em 259 observações.

A coleta de dados foi efetuada por meio das publicações de demonstrações contábeis das indústrias gaúchas contidas no Diário Oficial do Estado e disponibilizadas no site da Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas (CORAG). O período da coleta compreendeu os meses de janeiro a abril dos anos de 2011 a 2017, que permitiram obter os dados referentes aos exercícios sociais de 2010 a 2016.

Os dados coletados se referiram ao item 73 da NBC TG 27 (R4), que trata da divulgação do imobilizado nas demonstrações contábeis, compreendendo: os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto; os métodos de depreciação utilizados; as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas; o valor contábil bruto e a depreciação acumulada no início e no final do período, e a conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrado. Tais informações foram coletadas para cada ano do período analisado.

Tais itens foram tabelados em planilha do Microsoft Excel[®] e por meio destes foi possível calcular o IC. Nessa fase, foram adotadas duas possibilidades qualitativas, o 1 (um) quando havia 100% de conformidade e 0 (zero) quando não atingira a conformidade em sua totalidade. Para criação do IC médio, foi realizado uma média aritmética dos cinco itens.

Além destes dados, informações acerca da atividade industrial e valores do ativo total, ativo não circulante, ativo imobilizado, intangível, investimentos, passivo e passivo não circulante foram obtidos para o cálculo dos indicadores financeiros e de rentabilidade (ILC, ICP, ILP e IEF) e também para mensurar o tamanho de cada empresa (logaritmo do ativo total).

A análise dos dados ocorreu em duas fases, sendo a primeira de forma descritiva, na qual se analisou o IC para cada quesito da NBC TG 27 (R4), permitindo a obtenção de um IC médio anual e também a análise detalhada do IC por tipo de atividade industrial. De posse dessas informações, foi possível analisar o comportamento do IC sob a ótica da Teoria Institucional.

Em um segundo momento, as empresas foram classificadas em dois grupos de acordo com o seu IC. Considerando que o IC médio do período foi de 78%, um grupo denominado "IC acima da média" foi composto de 25 empresas e o outro grupo denominado "IC abaixo da média" contou com 12 empresas. A partir desta classificação, foi possível identificar na amostra se houve diferenças entre determinadas características (indicadores financeiros e de rentabilidade e tamanho) e o índice de conformidade (IC) perante à norma, bem como atender às hipóteses da pesquisa. Para efeito de comparação das variáveis quantitativas, foi utilizada a Análise de Variância (ANOVA).

Ressalta-se que a metodologia está limitada ao cálculo do índice de conformidade considerando apenas duas alternativas para atribuição do indicador, ou seja, as indústrias foram classificadas com relação ao índice de

divulgação, sendo: índice de conformidade integral (II) ou índice de conformidade ausente (IA) do item.

Apresentação e discussão dos resultados

Esta seção apresenta a análise descritiva dos resultados e atende ao objetivo geral, ao mensurar o índice de conformidade da divulgação do ativo imobilizado conforme NBC TG 27 (R4) e analisar seu comportamento no decorrer do período analisado sob a ótica da Teoria Institucional. Também são apresentados os resultados envolvendo o índice de conformidade e determinadas características das empresas (indicadores financeiros e de rentabilidade e tamanho), de forma a testar as hipóteses

Tabela 1

IC Médio dos Quesitos de Divulgação da NBC TG 27 (R4)

Quesitos da NBC TG 27 (R4)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto	86%	89%	89%	89%	89%	89%	89%	89%
Os métodos de depreciação utilizados	89%	92%	95%	95%	95%	95%	95%	93%
As vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas	65%	68%	68%	68%	68%	68%	73%	68%
O valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais redução ao valor recuperável) no início e no final do período;	49%	57%	62%	62%	62%	65%	65%	60%
A conciliação do valor contábil no início e no final do período	76%	78%	78%	78%	78%	81%	84%	79%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 1, observa-se que com relação aos critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto, 86% das indústrias divulgaram a informação em conformidade integral no ano de 2010. Nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 esse percentual aumentou para 89%, perfazendo um IC médio de 89% no período.

No que tange aos métodos de depreciação utilizados pelas empresas, observa-se aumento do IC no decorrer do período, sendo que no ano inicial da adoção da norma, 89% fizeram a evidenciação desse quesito e em 2016 o IC atingiu 95% das indústrias.

Ainda na Tabela 1 pode-se observar o IC do quesito vida útil ou taxa de depreciação nas demonstrações contábeis. Em 2010, 65% das indústrias possuíam conformidade integral com a norma. Nos anos seguintes, esse percentual aumentou para 68%, atingindo um IC de 73% em 2016.

Com relação à divulgação do valor contábil bruto e da depreciação acumulada, acrescidos das perdas por redução ao valor recuperável acumulados, quando cabíveis, no início e no final do período, constatou-se que nos anos iniciais o IC deste item da norma foi de 49% em 2010 e de 57% em 2011. Em 2012, 2013 e 2014 as empresas atingiram 62% e nos dois últimos anos da análise, o IC chegou ao patamar de 65%.

propostas.

Índice de Conformidade na Evidenciação do Ativo Imobilizado: análise sob a Ótica da Teoria Institucional

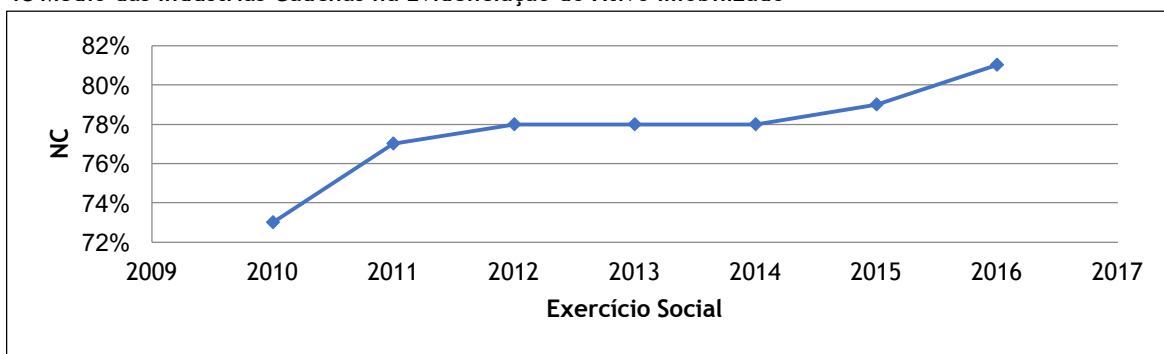
Para cada empresa pertencente à amostra foi calculado o IC, conforme exposto nos procedimentos metodológicos, para cada item de divulgação selecionado na NBC TG 27 (R4), tal procedimento permitiu a obtenção de um índice de conformidade médio para cada quesito de evidenciação, conforme exposto na Tabela 1:

Na Tabela 1 também consta a divulgação de conciliação do valor contábil dos bens do ativo imobilizado. Observa-se também neste quesito um aumento no IC com a NBC TG 27 (R4), que passou de 76% em 2010 para 84% em 2016, ou seja, um aumento de aproximadamente 11% no IC. A partir da Tabela 1, também pôde-se obter o IC médio para cada ano da análise, conforme destaca a Figura 1.

Conforme consta na Figura 1, observa-se que o IC médio no ano de 2010 era de 73% para todos os quesitos analisados, ou seja, 27% das indústrias gaúchas não divulgaram de forma integral as informações acerca de seu ativo imobilizado que são requeridas na NBC TG 27 (R4). Observa-se uma evolução do IC no decorrer do período, pois no ano de 2016 o IC corresponde a 81% representando um aumento de 11% e perfazendo uma média de 78% de conformidade no período analisado. Tal achado vai de encontro aos estudos precedentes abordados na Revisão de Literatura. (Kaveski et al., 2015; Pereira et al., 2015; Viviani et al., 2014).

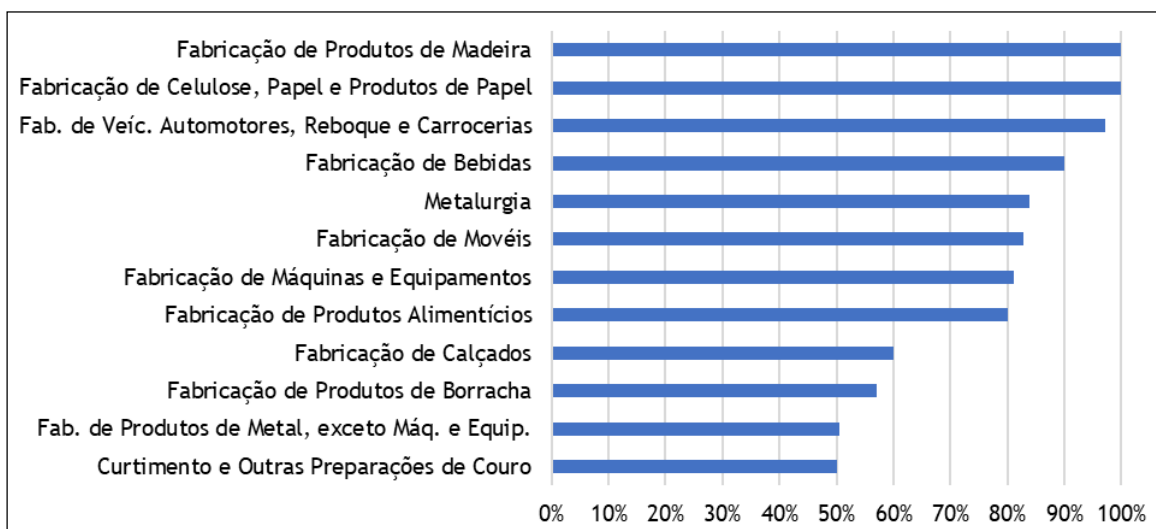
Esta análise também pode ser detalhada por meio da classificação setorial das indústrias objeto deste estudo. Para tanto, a Figura 2 apresenta o IC Médio das Indústrias Gaúchas na Evidenciação do Ativo Imobilizado de acordo com a atividade exercida:

Figura 1
 IC Médio das Indústrias Gaúchas na Evidenciação do Ativo Imobilizado



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Figura 2
 IC Médio por Atividade Industrial na Evidenciação do Ativo Imobilizado



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Por meio da Figura 2, observa-se que as indústrias com maior IC são aquelas dedicadas às atividades de Fabricação de Produtos de Madeira, Fabricação de Celulose, de Papel e Produtos de Papel, de Fabricação de Veículos Automotores, Reboque e Carrocerias e de Fabricação de Bebidas, com respectivamente, 100%, 100%, 97% e 90% de IC. Por outro lado, as indústrias ligadas às atividades de Curtimento e Outras Preparações de Couro e de Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos atingiram

apenas 50% de IC.

Conforme o arcabouço teórico envolvendo a Teoria Institucional, as organizações tendem a se institucionalizar em busca de legitimidade. Nesta pesquisa, a implementação da NBC TG 27 (R4) é tratada como a nova matriz institucional referente ao ativo imobilizado, tendo caráter normativo e influenciando os agentes e as entidades.

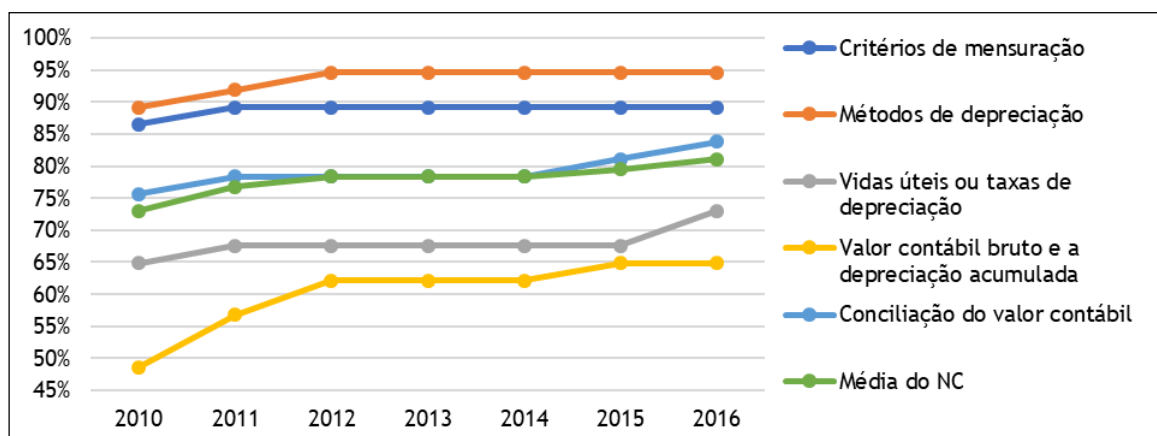
E, diante das informações obtidas por meio da Tabela 1 e da Figura 1, pode-se traçar o comportamento do IC no período analisado e observá-lo sob a ótica da Teoria

Institucional, conforme apresenta a Figura 3.

O procedimento de institucionalização das indústrias observadas ocorreu de forma crescente e, por meio da Figura 3 é possível observar a evolução do IC em todos os quesitos da norma contábil referente ao ativo imobilizado.

Ou seja, os resultados indicam que as entidades buscaram se adaptar às novas configurações do ambiente institucional, assim como foi evidenciado no estudo de Liszbinski et al. (2014, p. 100) que tratou dos ativos intangíveis.

Figura 3
Evolução do IC Médio das Indústrias Gaúchas na Evidenciação do Ativo Imobilizado sob a Ótica da Teoria Institucional



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

De acordo com a Figura 3, houve a adaptação gradual à nova norma, sendo obtida uma certa estabilidade no IC da maioria dos quesitos presentes na NBC TG 27 (R4) após 2012. Tais achados estão em consonância ao estudo de Peng (2003) que afirma existir duas fases no processo de institucionalização de uma regra, sendo que na primeira, há certa resistência no uso da nova proposição e na segunda, há um reposicionamento da empresa e a tendência de convergência integral à nova norma.

Comparação entre o Índice de Conformidade e as Características das Indústrias

Foram realizadas análises estatísticas complementares que visam testar as hipóteses de pesquisa e averiguar se há diferenças entre as características das empresas e o seu IC.

Após calculadas as médias do IC das indústrias, conforme apresentado na Tabela 1, observou-se que em média, 78% destas estavam em conformidade com a norma. Em seguida as indústrias foram classificadas em dois grupos: aquelas com o IC abaixo da média e aquelas com o IC acima da média. Assim, foram testadas as hipóteses entre esses dois grupos e determinadas características destas indústrias (indicadores financeiros e de rentabilidade e tamanho), utilizando-se da ANOVA. Para a realização das análises de

diferenças de médias, adotou-se como parâmetro um intervalo de confiança de 95%, ou seja, 0,05 de significância. Os resultados estão evidenciados na Tabela 2.

A Tabela 2 apresenta como primeiro teste a comparação entre o IC de cada grupo, evidenciando que a média dos IC das empresas é estatisticamente diferente entre os grupos. No que tange aos indicadores financeiros e de rentabilidade, o segundo teste trata do ILC, que revela a capacidade de pagamento no curto prazo. Com relação às médias de IC entre os grupos, verificou-se que houve diferença significativa. Considerando que o valor-P, de 0,0390, infere-se que há uma probabilidade de 3,90% dessas médias serem iguais. Assim, aceita-se H1 para este indicador, evidenciando que a média dos ILC das empresas é estatisticamente diferente entre os grupos, ou seja, o ILC das empresas com IC acima da média é diferente do ILC daquelas que possuem IC abaixo da média. Tal resultado permite inferir que o ILC pode afetar o IC.

Tabela 2
Resultados do Teste de Anova entre os Grupos de IC e Determinadas Características das Indústrias

Grupos	N	IC	ILC	ICP	ILP	IEG	Tamanho
IC Abaixo da Média	1	0,46	6,49	1,07	0,62	0,39	4,564
Média	2	90	40	27	50	12	4
IC Acima da Média	2	0,93	2,06	0,89	0,58	0,50	5,132

Média	5	37	13	89	89	29	5
Valor-P		0,00	0,03	0,48	0,75	0,14	0,013
		0	90	84	19	17	7

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Ainda com relação aos indicadores financeiros e de rentabilidade, o ICP revela quanto do patrimônio líquido foi investido no ativo imobilizado, no intangível e nos investimentos. É possível observar que não houve uma diferença considerável entre as médias, pois diante do valor-P de 0,4884, conclui-se que há uma probabilidade de 48,84% dessas médias serem iguais. Portanto, é possível rejeitar H1 no que tange ao ICP. Quanto ao ILP, este indica quanto a empresa investiu de recursos financeiros em longo prazo para aplicar no ativo permanente. Considerando que o valor-P é de 0,7519, entende-se que há uma probabilidade de 75,19% dessas médias serem iguais. Dessa forma, rejeita-se a H1 para o ILP.

O Índice de Endividamento avalia a relação entre a composição do patrimônio líquido em relação ao capital de terceiros. O IEG expressa o endividamento da empresa: quanto maior o coeficiente, maior é o risco de a empresa não conseguir honrar com seus compromissos. Na Tabela 2 verificou-se que há uma probabilidade de 14,17% dessas médias serem iguais. Com isso, rejeita-se a H1 para o IEG.

Com relação ao tamanho da empresa, observou-se na Tabela 2 que houve uma diferença significativa entre os grupos. Considerando que o valor-P, de 0,0137, infere-se que há uma probabilidade de 1,37% destas médias serem diferentes. Logo, aceita-se a H2, pois o tamanho das empresas com IC acima da média é diferente do tamanho daquelas que possuem IC abaixo da média, permitindo inferir que o tamanho pode afetar o IC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o ambiente institucional pode ser relevante para a estratégia das empresas e influenciar a conformidade com as normas, pois as entidades sofrem pressões do ambiente e são avaliadas pela eficiência e pela adequação às exigências. Assim, as organizações interagem com seu ambiente à procura de legitimação.

Este estudo identificou o índice de conformidade do segmento industrial quanto à evidenciação proposta pela NBC TG 27 (R4), nas empresas com sede no Rio Grande do Sul, sob a ótica da teoria institucional. E, especificamente, verificou a existência de diferenças entre determinadas características das empresas e o índice de conformidade perante à norma.

Os principais resultados evidenciaram que o IC médio no ano de 2010 era de 73% para todos os quesitos analisados, ou seja, 27% das indústrias gaúchas não divulgaram de forma integral as informações acerca de seu ativo imobilizado. Ao longo do período, foi observada uma evolução no IC, pois no ano de 2016 este chegou a 81%, representando um aumento de 11% e perfazendo uma média de 78% de conformidade no período analisado. Tal achado corrobora com estudos

precedentes. (Kaveski et al., 2015; Pereira et al., 2015; Viviani et al., 2014).

Sob a ótica da Teoria Institucional, as organizações tendem a se institucionalizar em busca de legitimidade e verificou-se que o procedimento de institucionalização das indústrias ocorreu de forma gradual em todos os quesitos da norma contábil referente ao ativo imobilizado. Ou seja, os resultados indicam que as entidades buscaram se adaptar às novas configurações do ambiente institucional, assim como foi evidenciado no estudo de Liszbinski et al. (2014, p. 100) que tratou dos ativos intangíveis.

Ressalta-se que houve a adaptação gradual à nova norma, sendo obtida uma certa estabilidade no IC da maioria dos quesitos presentes na NBC TG 27 (R4) após 2012. Tais achados estão em consonância ao estudo de Peng (2003) que afirma existir duas fases no processo de institucionalização de uma regra, sendo que na primeira, há certa resistência no uso da nova proposição e na segunda, há um reposicionamento da empresa e a tendência de convergência integral à nova norma.

No que tange à observação das características das empresas e seu IC, identificou-se que o ILC e o tamanho das empresas com IC acima da média é diferente do ILC e do tamanho daquelas que possuem IC abaixo da média, permitindo inferir que variáveis como o ILC e o tamanho da empresa podem afetar o IC.

De forma geral, esta pesquisa permitiu identificar o compliance de empresas de capital fechado com os quesitos de divulgação explícitos na NBC TG 27 (R4), trazendo à pauta uma amostra cujas pesquisas ainda são restritas devido à dificuldade de obtenção dos dados. Assim, destaca-se a relevância do estudo por apontar o comportamento de tais empresas frente a mudanças como as trazidas pelo processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, que exigiram maior evidenciação.

Para futuros estudos, sugere-se a inclusão de variáveis adicionais que possam estar relacionadas a maior evidenciação, como por exemplo o tamanho da firma de auditoria e a qualidade da demonstração contábil. Sugere-se também a utilização de técnicas de análise de dados que busquem identificar relações entre as variáveis e o IC. Além disso, comparações entre unidades federativas do Brasil podem ser objeto de futuras pesquisas.

Referências

- Bauer, M. M., & Naime, R. (2012). Estado da Arte da Evidenciação Social e Ambiental Voluntária1 State of Art of Social and Environmental Voluntary Disclosure.
- Burns, J., & Scapens, R. W. (2000). Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. *Management Accounting Research*, 11(1), 3-25.
- Caldas, M., Fachin, R., & Fischer, T. (1999). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais* (Vol. 1). São Paulo:

- Atlas.
- Carvalho, C. A., Vieira, M. M. F., & Silva, S. M. G. (2005). A trajetória conservadora da teoria institucional. *Revista de Administração Pública-RAP*, 39(4).
- Chow, C. W., & Wong-Boren, A. (1987). Voluntary financial disclosure by Mexican corporations. *Accounting Review*, 533-541.
- Conselho Federal de Contabilidade - CFC. (2015). *Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 27 R4 - Ativo Imobilizado*. Brasília. Recuperado de: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG27\(R4\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG27(R4))>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- DECHOW, P. M.; SCHRAND, C. M. (2004). Earnings quality. Virginia: CFA Institute.
- Diamond, D. W., & Verrecchia, R. E. (1991). Disclosure, liquidity, and the cost of capital. *The Journal of Finance*, 46(4), 1325-1359.
- Dias Filho, J. M. (2003). *Gestão tributária na era da responsabilidade fiscal: propostas para otimizar a curva da receita usando conceitos de semiótica e regressão logística*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- DiMaggio, P., & Powell, W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.
- Eckert, A., Mecca, M. S., Biasio, R., & de Souza, K. M. (2012). Normas contábeis de reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado: impacto em empresas de bens industriais gaúchas listadas na BM&FBOvespa. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 4(2).
- Fernandes, S. M. (2013). Fatores que influenciam o disclosure ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. *Revista Ambiente Contábil*, 5(2), 250.
- Frezatti, F.; Rocha, W., Nascimento, A. R.; Junqueira, E. (2009). *Controle gerencial: Uma Abordagem da Contabilidade Gerencial no Contexto Econômico, Comportamental e Sociológico*. São Paulo: Atlas.
- Guerreiro, R., Frezatti, F., & Casado, T. (2006). Em busca de um melhor entendimento da contabilidade gerencial através da integração de conceitos da psicologia, cultura organizacional e teoria institucional. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 17.
- Guerreiro, R., Frezatti, F., Lopes, A. B., & Pereira, C. A. (2005). O entendimento da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria institucional. *Organizações & Sociedade*, 12(35), 91-106.
- Hodgson, G. M. (2000). What is the essence of institutional economics? *Journal of Economic Issues*, 34(2), 317-329.
- Iudícibus, S. (2004). *Teoria da Contabilidade* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S. D., Martins, E., Gelbcke, E. R., & Santos, A. D. (2010). Manual de contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 792(3).
- Jamali, D., & Neville, B. (2011). Convergence versus divergence of CSR in developing countries: An embedded multi-layered institutional lens. *Journal of Business Ethics*, 102(4), 599-621.
- Kaveski, I. D. S., CARPES, A., & Klann, R. C. (2015). Determinantes do Nível de Conformidade das Evidenciações Relativas ao CPC 27 em Empresas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 14(41).
- Liszbinski, B. B., Kronbauer, C. A., Macagnan, C. B., & Patias, T. Z. (2014). Conformidade no reconhecimento de ativos intangíveis: um estudo na perspectiva da teoria institucional. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(24).
- Lopes, A. B., & de Alencar, R. C. (2010). Disclosure and cost of equity capital in emerging markets: the Brazilian case. *The International Journal of Accounting*, 45(4), 443-464.
- Macedo, M. A., Machado, M. A. V., & Machado, M. R. (2013). Análise da relevância da informação contábil no Brasil num contexto de convergência às normas internacionais de contabilidade. *Revista Universo Contábil*, 9(1), 65-85.
- Maia, H. A., Formigoni, H., & da Silva, A. A. (2012). Empresas de Auditoria e o Compliance com o Nível de Evidenciação Obrigatório Durante o Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 14(44), 335.
- Mapurunga, P. V. R., Ponte, V. M. R., Coelho, A. C. D., & Meneses, A. F. (2011). Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(57), 263-278.
- Meneses, A. F., Ponte, V. M. R., & Mapurunga, P. V. R. (2013). Determinantes do Nível de Disclosure de Ativos Intangíveis em Empresas Brasileiras. *Revista Base*, 10(2).

- Moll, J., Burns, J., & Major, M. (2006). *Institutional Theory*. In: Hoque, Z. (Ed.), *Methodological Issues in Accounting Research: Theories, Methods and Issues*, Spiramus Press Ltd, pp. 183-205.
- Murcia, F. D. R., & Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(2), 72-95.
- Nascimento, A. R., Santos, A. D., Salotti, B., & Dal-Ri Múrcia, F. (2009). Disclosure social e ambiental: análise das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. *Contabilidade Vista & Revista*, 20(1).
- North, D. (1995). *Instituciones, cambio institucional y desempeño edonómico*. México: Foundo de Cultura Económica.
- Oliveira, M. C., Araújo Júnior, J. F., Oliveira, O. V., & Ponte, V. M. R. (2013). Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da teoria institucional. *ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting*, 5(1), 2-26.
- Oyadomari, J. C., Mendonça Neto, O. R., Cardoso, R. L., & Lima, M. P. (2008). Fatores que influenciam a adoção de artefatos de controle gerencial nas empresas brasileiras: um estudo exploratório sob a ótica da teoria institucional. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(2), 55.
- Parisi, C., & Meglioni, E. (2011). *Contabilidade Gerencial*. São Paulo: Atlas.
- Peng, M. W. (2003). Institutional transitions and strategic choices. *Academy of Management Review*, 28(2), 275-296.
- Pereira, F. A., Breitenbach, R., & Mesquita, D. T. B. (2015). *Evidenciação contábil: uma análise da aderência à NBC TG 27 (R1) - ativo imobilizado nas empresas de capital aberto dos segmentos de bens industriais, siderúrgico e de utilidade pública e energia elétrica do Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2013*. Apresentado na XV Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, RS, Brasil.
- Santos, P. M. F., & Porto, R. B. (2013). A gestão ambiental como fonte de vantagem competitiva sustentável: contribuições da visão baseada em recursos e da teoria institucional. *Revista de Ciências da Administração*, 15(35).
- Souza, F. Ê. A., Silva, M. H., & Rech, I. J. (2015). O impacto das escolhas contábeis na comparabilidade dos ativos imobilizados de companhias abertas no Brasil. *Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)*, 13 (3), 93-110.
- Tolbert, P. S., & Zucker, L. G. (1999). The institutionalization of institutional theory. *Studying Organization. Theory & Method*. London, Thousand Oaks, New Delhi, 169-184.
- Vasconcellos, F. (2007). *Dinâmica Organizacional e Estratégia: imagens e conceitos*. São Paulo: Atlas.
- Viviani, S., Beck, F., Hall, R. J., & Klann, R. C. (2014). Evidenciação do ativo imobilizado nas empresas do setor de bens industriais da BM&FBovespa. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 33(3).
- Walker, G., Madsen, T. L., & Carini, G. (2002). How does institutional change affect heterogeneity among firms? *Strategic Management Journal*, 23(2), 89-104.
- Zuccolotto, R., Silva, G. M., & Emmendoerfer, M. L. (2010). Limitações e possibilidades de compreensão da utilização das práticas de contabilidade gerencial por perspectivas da teoria institucional. *Revista Base*, 7(3).